

Salazar e o Saneamento Financeiro

2019

João de Sousa da Câmara

ÍNDICE

SINOPSE ILUSTRATIVA	5
PREFÁCIO por Jorge Braga de Macedo	9
INTRODUÇÃO – A Rejeição do Empréstimo da Sociedade das Nações em Contexto	47
CAPÍTULO I – A Solicitação do Empréstimo Externo	53
CAPÍTULO II – O Empréstimo Externo e a Legitimidade do Governo	91
CAPÍTULO III – A Reformulação do Empréstimo Externo	117
CAPÍTULO IV – A Situação Financeira e Económica do País	137
CAPÍTULO V – As Últimas Negociações do Empréstimo Externo	179
CAPÍTULO VI – O Saneamento Financeiro e o Fonseca, Santos & Vianna	205
NOTA FINAL	233
ANEXO AO PREFÁCIO: Extractos de <i>A Dívida Externa Portuguesa</i>	237
ANEXO 1 AO TEXTO: Artigo “A Reconstituição Económica e Financeira de Portugal”	263
ANEXO 2 AO TEXTO: Artigo “The Economical and Financial Reconstruction of Portugal”	287
Índice	303

SINOPSE ILUSTRATIVA

No início de 1928 Portugal está à beira da bancarrota. Quando António de Oliveira Salazar é convidado para assumir a pasta de ministro das Finanças, o Governo encontrava-se sem disponibilidades quer em escudos quer em divisas estrangeiras. O governo militar e o regime iniciado dois anos antes, a 28 de Maio de 1926, mostrava-se totalmente incapaz de pôr ordem nas finanças públicas. Salazar, Professor catedrático da Universidade de Coimbra, é chamado para resolver o que nem Sinel de Cordes, o anterior ministro das Finanças, nem os seus predecessores, conseguiram no domínio financeiro. Era um homem sem experiência política, mas profundo estudioso dos instrumentos de política fiscal e financeira e com fortes convicções pessoais, decidido a «regularizar por uma vez a nossa vida financeira e com ela a vida económica nacional», tal como afirmou no discurso da tomada de posse como ministro das Finanças, em 27 de Abril de 1928.

Nesse curto discurso revela publicamente o seu carácter e, para além de enunciar um método de trabalho draconiano para limitar e reduzir a despesa pública, limitando as despesas dos demais ministérios e auto-atribuindo-se um direito de veto a todos os aumentos de despesas dos mesmos, afirma peremptoriamente: «sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar».

A resolução do problema financeiro — o primeiro a que se lança por ser imperioso tratá-lo antes de qualquer outro — decorre essencialmente do *deficit* crónico, de uma dívida avultada e de uma má arrecadação de receitas. Para pôr cobro a esta situação dramática, da qual derivavam graves perturbações sociais, e porque rejeitou liminarmente o empréstimo financeiro que a Sociedade das Nações (SdN) se prestava a conceder, por o mesmo estar associado a um controlo financeiro internacional que lhe parecia inaceitável para uma nação soberana, Salazar viu-se confrontado com a necessidade de procurar de imediato um financiamento externo alternativo que permitisse resolver o problema.

A presente obra revela, em primeira mão, através de variadíssimas epístolas e telegramas, as tentativas para assegurar esse financiamento externo alternativo. Simultaneamente, deixa entrever a figura de Salazar, precisamente enquanto prestava as primeiras provas como ministro das Finanças. Através da cuidada selecção de documentos inéditos do Fonseca, Santos & Vianna e do arquivo Salazar que se encontra na Torre do Tombo, sem grande divulgação pública, o autor deixa o palco aos protagonistas, evidenciando as esperanças, as dificuldades e os obstáculos na obtenção desses fundos num período especialmente conturbado. Entre Salazar e os banqueiros nacionais (Mário Luís de Souza e Álvaro Pedro de Souza — os irmãos que conduziam os destinos do Fonseca, Santos & Vianna) e entre estes e os banqueiros internacionais (essencialmente, o Baring Brothers, o tradicional banqueiro do Estado Português em Londres, o National City Bank de Nova Iorque, e o seu congénere Dillon, Read Corporation) trava-se uma complexa e intensíssima negociação. Ou, como veremos, negociações sucessivas e em diversos *rounds*, terminando com uns e recomeçando com outros. Numa luta contra o tempo e as circunstâncias da época, pressente-se que o ministro das Finanças procura, em grande velocidade e com envolvimento quase diário, obter capitais que lhe permitissem assegurar o cumprimento da sua tarefa.

Entretanto, os oposicionistas ao regime militar saído do 28 de Maio continuavam a defender e apregoar a ilegitimidade do Governo e a sua incapacidade para resolver os problemas nacionais, procurando minar e impedir o êxito desse financiamento; os jornais ainda davam conta de movimentos populares revoltosos e, numa primeira fase, os rumores postos a circular sobre a constitucionalidade do regime aumentavam a percepção de risco dos bancos estrangeiros e atrasavam a sua negociação. Passados os primeiros meses do início das negociações, em que os banqueiros internacionais do City e do Baring Brothers se disponibilizaram para servir de alternativa à SdN,

“a questão legal” passou a ser crucial e uma questão prévia à negociação do financiamento. Mário Figueiredo, outro eminente catedrático de Coimbra, é enviado a Londres com a especial missão de tranquilizar e convencer os juristas britânicos de que o Governo tinha legitimidade para contratar o empréstimo, na ausência de parlamento. O folhetim é quase vivido ao dia e, apesar do êxito da argumentação jurídica, em Londres, permaneceram escolhos que não foram possíveis remover, como o leitor verá.

Quase no final de 1928, Salazar tem de prosseguir do outro lado do Atlântico. Todavia, o colapso financeiro vivido na Alemanha e noutros países europeus, com dívidas muito avultadas ainda decorrentes do esforço da guerra (1914–1918) e das indemnizações impostas pelo Tratado de Versalhes (1919), o *volte-face* dos banqueiros ingleses do Baring Brothers e o avultadíssimo crédito externo já concedido pelos EUA, que à época eram os credores do mundo, associados à crise que acabou por rebentar em Wall Street em Outubro de 1929 e que arrastou toda a economia norte-americana, acabaram por ditar também a sorte do destino. A fonte do crédito internacional esgotava-se ou dificultava-se significativamente, alterando também as economias e as políticas domésticas que se viraram para dentro e se tornaram mais proteccionistas.

É neste quadro que decorre a narrativa. Essencialmente, entre o início de Junho de 1928, data em que Salazar, simultaneamente, rejeita o empréstimo da SdN e abre negociações com o Citi de Nova Iorque tendentes à celebração de um empréstimo externo alternativo, e 1929/1930, quando o mundo português e o ambiente internacional mostram que, se por um lado, esse empréstimo externo se afigura impossível de realizar, por outro lado, as políticas internas adoptadas nesse vertiginoso espaço de tempo o tornaram desnecessário para o saneamento financeiro português. E, neste contexto, nos hiatos da história, vive-se a *petite histoire*, incluindo o curioso episódio do “artigo que o não foi”, mas em cujo texto inédito Salazar revela como queria ver reconhecido o seu trabalho internacionalmente. Para além desse texto, anexo à obra, o autor ilustra bem a quantidade de medidas legislativas adoptadas pelo executivo e que, em grande parte, provieram também do próprio punho do ministro, nos diferentes segmentos que permitiram equilibrar o orçamento e recuperar as finanças.

Seja a documentação política encriptada, sejam os demais documentos secretos da Banca internacional, todos são desvendados com extractos significativos que permitem ao leitor não só apreciar como julgar de perto os comportamentos, as opções e as decisões que Salazar tomou nos primeiros dois anos que acabaram por marcar inelutavelmente todo o seu consulado.